

Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais¹

Jorge Carvalho Gato¹, Anne Marie Fontaine¹ & Nuno Santos Carneiro²

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
² Psicólogo

Não obstante a investigação não ter evidenciado diferenças significativas ao nível do desenvolvimento psicológico das crianças de famílias homossexuais vs. heterossexuais, subsistem percepções sobre os seus efeitos negativos para o desenvolvimento infantil. Este preconceito constitui um factor de stresse para as famílias homoparentais, ganhando contornos particularmente graves se for evidenciado por profissionais que atendem às suas necessidades. Neste estudo, é utilizada uma metodologia semi-experimental para caracterizar, de que forma um conjunto de futuros profissionais de áreas psicossociais, antecipa alguns aspectos do desenvolvimento psicológico de crianças adoptadas por pessoas homossexuais. Estas crenças são confrontadas com os resultados dos estudos científicos sobre a temática. São também delineadas algumas implicações em termos da formação académica dos futuros técnicos psicossociais.

Palavras-chave: Homoparentalidade; Discriminação; Rede psicossocial

1. INTRODUÇÃO

Embora a discussão sobre a homoparentalidade se faça, maioritariamente, em torno da legalização da adopção por casais do mesmo sexo², muitas pessoas homossexuais são pais ou exercem funções parentais noutros contextos. A diversidade de arranjos homoparentais inclui, entre outros, as pessoas que tiveram filhos biológicos na sequência de uma união heterossexual anterior, as pessoas homossexuais que adoptaram crianças num processo de adopção singular, as lésbicas que geraram uma criança através de inseminação artificial ou os gays que recorreram a uma barriga de aluguer. Embora a reflexão psicológica sobre estas famílias seja ainda rara em Portugal (e.g., Ferreira, 2004; Leal, 2004), desde os anos 70 que diversos autores se têm debruçado sobre esta temática noutros países. Estes trabalhos têm incidido, sobretudo, nas seguintes dimensões: práticas parentais, desenvolvimento psicológico das crianças (para revisões cf. Anderssen, Amlie, & Ytteroy, 2002; Fitzgerald, 1999; Golombok, 2000; Patterson, 2002; Vecho & Schneider, 2005) e atitudes perante a homoparentalidade. Os dois primeiros conjuntos de estudos tendem a concluir, respectivamente, que as competências parentais não diferem significativamente em

função da orientação sexual e que as crianças educadas por pessoas homossexuais não apresentam um desenvolvimento significativamente diferente dos filhos de pais heterossexuais. Já o terceiro tipo de estudos tem identificado diversos tipos de atitudes, por parte de diversas populações, desde as mais positivas até às mais desfavoráveis. Perante estes resultados, tem-se assistido a um afastamento progressivo de um modelo estritamente deficitário, em que as crianças eram consideradas como estando potencialmente em risco³, em favor de um modelo de carácter mais psicossocial, no qual são tidas em conta as interacções entre as famílias homoparentais e o contexto social em que se inserem. Assim, mais do que confirmar ou infirmar a existência de diferenças entre a homoparentalidade e a heteroparentalidade, as investigações devem dar atenção à estigmatização social e aos factores de stresse familiar por ela engendrados, bem como aos factores que favorecem uma gestão eficaz destas dificuldades (Vecho & Schneider, 2005). Como salientou Alarcão (2000, p. 230), “parece que o maior risco para estas famílias está na atitude segregadora da sociedade heterossexual.” Nesta medida, torna-se importante caracterizar as atitudes perante este tipo de família.

1.1 Atitudes perante a homossexualidade e a homoparentalidade em Portugal

Cerca de 2/3 dos portugueses consideram a discriminação com base na orientação sexual, como a forma de discriminação mais comum no seu país. Consistentemente, afirmam sentir-se menos à vontade com a ideia de ter um vizinho homossexual e apresentam menor probabilidade de conhecer ou ter como amigo uma pessoa homossexual, comparativamente com a média europeia (Eurobarómetro, 2008). Não obstante estes indicadores, é também possível constatar uma evolução das atitudes perante a homossexualidade, particularmente junto de indivíduos mais jovens e com um nível educacional mais alto (Ferreira, 2003). Investigando as atitudes perante a homossexualidade numa amostra de estudantes universitários portugueses, Gato, Fontaine & Carneiro (submetido) verificaram que as atitudes negativas subscritas pelos sujeitos diziam mais respeito a um preconceito de carácter heterossexista do que, propriamente, a uma visão homofóbica no sentido tradicional. Estas atitudes foram também encontradas em discursos de técnicos de saúde mental portugueses sobre a homossexualidade. Moita (2006) identificou assunções preconceituosas, na forma como estes profissionais definem e explicam a homossexualidade. No entanto, mais do um discurso homófobo ou de repulsa, a autora constatou a existência de um discurso

heterossexista, i.e., que não atribui o mesmo valor aos estilos de vida entre pessoas do mesmo sexo e entre pessoas de sexos diferentes. Parece, assim, verificar-se uma tendência para populações mais instruídas “aceitarem” as pessoas homossexuais, continuando, contudo, a avaliá-las de forma menos positiva relativamente à norma. Neste quadro, não é surpreendente que apenas 19% dos portugueses concordem com a adoção por casais homossexuais (sendo a média europeia de 32%) (Eurobarómetro, 2007).

1.2 Atitudes perante a homoparentalidade de estudantes e técnicos da área psicossocial

Ainda que subtil, o preconceito poderá constituir um factor de stresse adicional para as famílias homoparentais, particularmente se for sentido no relacionamento com aquelas pessoas cujo papel é prestar assistência às necessidades educacionais, de saúde e sociais das famílias. Nesta medida, Bos, van Balen, van den Boom, & Sandfort (2004) constataram, por exemplo, que mães lésbicas com mais experiências de rejeição institucional apresentavam também níveis mais elevados de stresse parental. Contudo, os estudos que analisaram as atitudes de diversos intervenientes da rede psicossocial (psicólogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, professores, entre outros), relativamente à homoparentalidade, são ainda escassos⁴. Uma das primeiras investigações sobre esta temática foi realizada por Nestor (1979) e envolveu uma amostra de 62 pedopsiquiatras norte-americanos, aos quais foi pedido que se pronunciassem sobre a atribuição de custódia de uma criança, em função da orientação sexual do progenitor. Para 82% dos participantes, a custódia deveria ser entregue ao progenitor que se revelasse mais capaz, independentemente da sua orientação sexual. No que concerne aos efeitos da homoparentalidade no desenvolvimento na criança, 60% dos inquiridos revelaram não ter experiência suficiente para se pronunciarem.

Outro conjunto de estudos (Camilleri & Ryan, 2006; Crawford & Solliday, 1996; Crawford, McLeod, Zamboni, & Jordan 1999; Fraser, Fish, & Mackenzie, 1995; McLeod, Crawford, & Zechmeister, 1997, in McLeod & Crawford, 1998) tem utilizado uma metodologia de carácter experimental para avaliar as atitudes relativamente à homoparentalidade. Nestes estudos, são utilizadas vinhetas em que é retratada uma situação de adoção ou atribuição de custódia, com manipulação da orientação sexual dos progenitores e do género das crianças. Posteriormente, os sujeitos são questionados sobre a competência das figuras parentais em questão, sendo, desta forma, possível

comparar-se as respostas que dizem respeito a situações de parentalidade normativa com as respostas que se referem a núcleos homoparentais. Frequentemente, estes resultados são também relacionados com outras características dos respondentes (e.g., género, grau de preconceito relativamente à homossexualidade, entre outros).

Mais especificamente, Fraser, Fish & Mackenzie (1995) avaliaram as reacções de 274 estudantes de Psicologia canadianos relativamente a decisões judiciais de atribuição de custódia de uma criança, em função do género e orientação sexual do progenitor. De uma forma geral, os resultados sugeriram que os sujeitos concordavam menos com a atribuição da custódia a um progenitor homossexual. Estas reacções relacionaram-se também com o nível de homofobia evidenciado pelos sujeitos, sendo que, os que se revelaram mais preconceituosos mostraram também maior desagrado com as situações em que o progenitor homossexual obteve a custódia. Investigando as atitudes de 97 estudantes universitários norte-americanos, Crawford & Solliday (1996) verificaram que um casal homossexual masculino era visto como mais instável do ponto de vista emocional, com menos competências parentais e com maior probabilidade de criar um ambiente perigoso para uma criança, quando comparado com um casal heterossexual.

McLeod, Crawford, & Zechmeister (1997, in McLeod & Crawford, 1998) compararam as avaliações feitas por 151 estudantes universitários norte-americanos das descrições de um casal homossexual masculino ou um casal heterossexual e o seu filho adoptivo (rapaz). Cada núcleo familiar foi apresentado no contexto de uma discussão ambígua e de pouca gravidade. Além da competência parental dos casais, os participantes avaliaram em que medida o mal-estar da criança podia ser imputado à relação entre os pais, em que medida a atribuição da custódia aos avós seria benéfica para a criança, bem como, a qualidade do relacionamento da criança com os seus pais, o nível de stresse a que estava a ser sujeita, o seu mal-estar decorrente de dúvidas relativamente ao seu papel de género, identidade de género e orientação sexual. Os sujeitos foram ainda inquiridos sobre os seus níveis de religiosidade, conservadorismo político e adesão a estereótipos sobre homossexualidade masculina. Embora não tenham sido identificadas diferenças em termos de competência parental, os pais homossexuais eram percebidos como mais afectuosos e passando mais tempo de qualidade com o filho. Contudo, verificou-se uma tendência para associar os problemas da criança ao relacionamento entre os pais, somente no caso do casal homossexual, sendo a atribuição da custódia aos avós também considerada mais benéfica nesta situação. Esta aparente contradição foi explicada pelos autores pelo facto de os sujeitos perceberem que o

rapaz criado pelo casal homossexual estava mais sujeito a experienciar problemas no seu desenvolvimento psicossocial. Este receio acentuava-se ainda mais quando os gays eram percebidos como mais efeminados.

Crawford, McLeod, Zamboni, & Jordan (1999) avaliaram as atitudes de 388 psicólogos Norte-Americanos face à homoparentalidade. Neste estudo, era descrita uma situação de adopção por um casal, em que variava sistematicamente a orientação sexual do casal adoptante (heterossexual, gay ou lésbica) e o género da criança. Após a leitura da vinheta, os sujeitos pronunciaram-se sobre a competência parental do casal adoptante, incidindo as questões sobre a estabilidade emocional, os recursos financeiros, o suporte social, a possibilidade de a criança sofrer de negligência emocional ou abuso sexual, entre outros. Os autores recolheram também informação sobre as crenças dos sujeitos quanto à possibilidade de controlo individual da homossexualidade, o contacto interpessoal com pessoas homossexuais e o nível de religiosidade. De uma forma geral, verificou-se que (1) a maioria dos sujeitos manifestou atitudes positivas relativamente à parentalidade homossexual; (2) o facto de os sujeitos terem ou não relações interpessoais com homossexuais não influenciou as suas respostas; (3) as pessoas mais religiosas manifestaram maior preocupação quanto aos efeitos negativos da homossexualidade nas competências parentais; e (4) os participantes que consideraram a homossexualidade resultado de uma opção recomendavam menos a custódia a casais de gays e lésbicas.

Num estudo semelhante ao anterior, Camilleri & Ryan (2006) avaliaram as atitudes face à homossexualidade e homoparentalidade, assim como o conhecimento sobre esta temática, junto de uma amostra de estudantes de Serviço Social australianos (N=60). Verificou-se que 92% dos estudantes inquiridos não tinham atitudes homofóbicas. Quanto às atitudes face à homoparentalidade, não se observaram diferenças significativas na forma como os 3 casais descritos nas vinhetas eram avaliados. Verificou-se, ainda, que os alunos tinham um conhecimento moderado sobre a homoparentalidade e a inclusão da temática da homossexualidade no currículo era considerada mínima.

O trabalho apresentado em seguida utilizou uma metodologia experimental semelhante às anteriores, para responder às seguintes questões:

1. Em que medida as crenças de futuros profissionais de áreas psicossociais, sobre o desenvolvimento psicológico de crianças com mães lésbicas e pais gays, correspondem aos resultados da investigação científica disponível?

2. Além da orientação sexual, em que medida variam essas crenças em função do estatuto conjugal dos adoptantes (solteiros vs. casais)?

2. MÉTODO

2.1. Amostra

A amostra é constituída por 999 estudantes dos anos finais de cursos de áreas psicossociais (Psicologia, Medicina, Enfermagem, Sociologia, Direito, Ensino Básico, Educação de Infância e Educação Social), provenientes de diversas instituições de ensino superior do país e com uma idade média de 23 anos. Dada a área de formação, os participantes são maioritariamente do sexo feminino (85%).

2.2 Metodologia/Desenho

Seguindo um desenho quase experimental, cada participante foi confrontado com a descrição de uma situação de adopção específica, definida em função da orientação sexual (heterossexual vs. gay vs. lésbica) e estatuto conjugal (solteiro vs. casal) dos adoptantes. Após a leitura da situação, os participantes foram solicitados a antecipar alguns aspectos do desenvolvimento psicológico da criança. Embora a amostra não tenha sido seleccionada aleatoriamente, os questionários correspondentes às diversas condições experimentais foram distribuídos aleatoriamente pelos sujeitos.

2.3 Instrumentos

Além de um questionário de caracterização socio-demográfica, foram utilizados os seguintes instrumentos.

Situação-estímulo. Foi utilizada a situação-estímulo criada por Camilleri & Ryan (2006), a partir do trabalho de Crawford & Solliday (1996). Trata-se de uma situação de adopção, na qual o/s adoptante/s são descritos como aptos para exercer a parentalidade (a nível emocional, financeiro, de suporte social, entre outros), variando apenas a sua orientação sexual e estatuto conjugal⁵. O género da criança a adoptar foi equilibrado. Após obtenção de autorização pelos autores, a vinheta original em língua inglesa foi sujeita a um processo de tradução-retroversão para o português. Posteriormente, a validade facial desta versão foi assegurada a partir de uma reflexão falada com um grupo de 4 jovens adultos portugueses.

Antecipação do desenvolvimento psicológico da criança. Após a leitura da situação-estímulo, os participantes foram solicitados a pronunciar-se sobre a probabilidade da criança em questão vir a evidenciar, no futuro, uma preferência sexual normativa, problemas emocionais, e de vir a ser alvo de violência verbal ou física por parte de outras crianças. Estas questões foram retiradas do Inventário de Avaliação dos Resultados Desenvolvimentais da Criança, desenvolvido por Gato, Fontaine & Freitas (2008, in Freitas, 2008).

2.4 Procedimento

Após ter sido obtida autorização das respectivas faculdades, os questionários foram colectivamente administrados no período disponibilizado para o efeito. Antes do preenchimento, os participantes foram esclarecidos acerca da natureza voluntária da participação e do objectivo do estudo, tendo sido também assegurados o direito à confidencialidade e o anonimato das respostas.

2.5 Análises estatísticas

Os dados foram analisados com recurso ao SPSS, versão 15.0. Para verificar o efeito das variáveis independentes (orientação sexual e estatuto conjugal) sobre as variáveis do desenvolvimento da criança referidas, recorreu-se à Análise de Variância Multivariada (MANOVA), após terem sido asseguradas a homogeneidade da variância, a linearidade da relação entre as variáveis dependentes e a ausência de multicolinearidade. Embora a homogeneidade das variâncias não seja respeitada num caso, a dimensão da amostra, bastante superior ao exigido por este teste, parece ser suficiente para garantir a robustez das análises. Além disso, recorreu-se à medida mais conservadora (traço Pillai-Bartlett ou critério de Pillai) para considerar significativos os efeitos principais ou de interacção. Nestes casos, foram efectuados os testes *post-hoc* habituais.

3. RESULTADOS

A orientação sexual teve um efeito significativo nas variáveis preferência sexual [$F(2, 978)=3.64$; $p=0.027$] e discriminação pelos pares [$F(2, 978)=34.76$; $p=0.000$]. Contudo, não se verificou um efeito significativo na variável preferência emocional [$F(2, 978)=1.08$; $p=0.341$]. Como se pode verificar na Tabela 1, relativamente à

preferência heterossexual, a probabilidade de tal acontecer é significativamente maior se as crianças forem adoptadas por heterossexuais do que por gays. Quanto à discriminação pelos pares, essa probabilidade é significativamente maior se a criança for adoptada por lésbicas, depois por gays e, finalmente, por heterossexuais.

Tabela 1 – Médias e desvios-padrão na preferência heterossexual e discriminação pelos pares em função da orientação sexual

		Orientação sexual			F (2, 978)
		Heterossexuais (N=425)	Gays (N=278)	Lésbicas (N=278)	
Preferência heterossexual ⁶	M (DP)	0.37 ^a (2.39)	-0.18 ^b (2.53)	0.10 (2.58)	3.877*
Discriminação ⁶ pelos pares	M (DP)	3.44 ^c (1.25)	3.84 ^b (1.37)	4.22 ^a (1.27)	

Nota: Diferentes letras simbolizam diferenças entre grupos; ***: $p = 0.000$; **: $p < .01$; *: $p < .05$

A interacção da orientação sexual com o estatuto conjugal foi significativa no caso da variável discriminação pelos pares [$F(2, 976)=25.13$; $p=0.000$], mas não para a variável preferência sexual [$F(2, 976)=1.83$; $p=0.140$]. Como se pode observar na Tabela 2, verificaram-se diferenças apenas no caso dos gays, sendo que a probabilidade de a criança ser discriminada é maior se as crianças forem adoptadas por um casal do sexo masculino do que por um gay solteiro [$t(1, 278)=8.55$; $p=0.000$].

Tabela 2 – Médias e desvios-padrão na discriminação pelos pares em função da orientação sexual e do estatuto conjugal

		Orientação sexual dos adoptantes					
		Heterossexuais		Gays		Lésbicas	
		Estatuto conjugal					
		Casais	Solteiros	Casais	Solteiros	Casais	Solteiros
Discriminação pelos pares	M (DP)	3.28 (1.19)	3.52 (1.28)	4.43 ^a (1.24)	3.20 ^b (1.22)	4.35 (1.22)	4.08 (1.30)

Nota: Diferentes letras simbolizam diferenças entre grupos; ***: $p = 0.000$; **: $p < .01$; *: $p < .05$

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O facto de, nem a orientação sexual dos adoptantes nem o seu estatuto conjugal influenciarem, de forma sistemática, a percepção da probabilidade da criança, ao longo

do seu crescimento, vir a manifestar problemas emocionais, é consistente com os estudos que têm sido realizados neste domínio (e.g., Brewaeys, Golombok, Ponjaert, & van Hall, 1997; Chan, Raboy & Patterson, 1998; Flaks, Ficher, Masterpasqua, & Joseph, 1995; Golombok, Perry, Burston, Murray, Mooney-Somers, Stevens, & Golding, 2003; Nadaud, 2000, in Vecho & Schneider, 2005; Patterson, 1995; Vanfraussen, Ponjaert-Kristoffersen, & Brewaeys, 2002).

No entanto, observou-se um efeito significativo da orientação sexual dos adoptantes na previsão da preferência sexual das crianças, i.e., a probabilidade de estas virem a manifestar uma preferência heterossexual é maior se forem adoptadas por heterossexuais do que por gays. Estas crenças não são consistentes com os estudos efectuados sobre a temática, que não dão conta de uma maior proporção de adolescentes e adultos homossexuais quando educados por gays celibatários ou por casais do sexo masculino, do que quando educados por pais heterossexuais (e.g., Bailey, Bobrow, Wolfe, & Mikach, 1995; Bozett, 1988). Com efeito, e considerando também as famílias homoparentais lésbicas, essa proporção varia entre 0% e 10%, o que não difere das diversas estimativas da proporção de homossexuais na população geral (Vecho & Schneider, 2005). Adicionalmente, a hipótese de transmissão da orientação sexual é contrariada pela constatação de que a maior parte das pessoas homossexuais tem pais heterossexuais.

Quanto à possibilidade de discriminação da criança pelos pares, observou-se um efeito significativo, quer da orientação sexual, quer da interacção desta com o estatuto conjugal. As crianças terão maior probabilidade de ser discriminadas se forem adoptadas por pessoas homossexuais e significativamente mais, ainda, se forem adoptadas por lésbicas. Tendo em conta que a amostra deste estudo é maioritariamente feminina, a expressão deste receio, pode ser interpretada como uma resposta a uma percepção de ameaça a um aspecto nuclear da identidade social das participantes (Tajfel & Turner, 1986). Por outras palavras, podemos estar perante um mecanismo de protecção da identidade heterossexual feminina através da derrogação daquelas que não a possuem, i.e., as lésbicas. Já a identificação de uma maior probabilidade de discriminação no caso dos casais homossexuais masculinos, poderá decorrer do facto de se considerar que a homossexualidade é mais visível socialmente neste caso, do que se se tratar de um gay celibatário. Nesta medida, os participantes poderão ter considerado que esta maior visibilidade se pode repercutir em termos da discriminação de que a criança possa vir a ser vítima. Relativamente aos estudos que abordaram as relações

sociais das crianças provenientes de famílias homoparentais, enquanto que alguns reportaram dificuldades mínimas (Green, 1978; Haack-Moller et al., 1984; Nadaud, 2000, in Vecho & Schneider, 2005), outros não relataram incidentes na relação com os pares (Golombok et al., 2003; Vanfraussen et al., 2002). Contudo, há que ter em conta que o preconceito pode variar consoante a sociedade e/ou estrato social de onde as famílias estudadas são provenientes.

5. CONCLUSÕES

Salienta-se, em primeiro lugar, o facto de não ter sido encontrada uma associação entre a orientação sexual dos adoptantes e a percepção de eventuais problemas emocionais nas crianças, o que poderá apontar para uma visão mais factual e menos enviesada da homoparentalidade. No entanto, a crença numa maior probabilidade de transmissão da orientação sexual no caso dos gays, indicia, por um lado, a subsistência de alguns preconceitos e, por outro lado, o desconhecimento das investigações que se debruçaram sobre esta temática. Quanto à percepção da possibilidade de discriminação pelos pares, esta não configura, necessariamente, a presença de um preconceito, podendo reflectir, simplesmente, a consciência dos índices de homofobia que ainda se verificam na sociedade portuguesa. No entanto, responsabilizar aqueles que são, precisamente, o alvo de opressão, poderá conduzir ao chamado “blame the victim” (Ryan, 1971, in Waller, 2001) e à ocultação de qualquer responsabilidade social e pessoal na formação e manutenção da discriminação. Nesta medida, criar uma sociedade mais justa e tolerante, com implicações para a segurança da criança, é um desafio que se coloca aos próprios intervenientes da rede psicossocial.

Espera-se, assim, que os resultados deste trabalho possam constituir material de reflexão para os responsáveis pela formação nos cursos em questão, no sentido de se proceder aos necessários ajustamentos, quer em termos da informação científica que é veiculada sobre a homoparentalidade, quer da consciencialização dos futuros profissionais sobre a sua responsabilidade na eliminação do preconceito.

NOTAS

¹ Este estudo insere-se numa investigação mais vasta, a decorrer no âmbito do Projecto de Doutoramento do primeiro autor, em curso na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Bolsa SFRH/BD/41752/2007).

² A legislação Portuguesa não permite a adopção aos casais de gays e lésbicas (Lei da adopção nº 31/2003, de 22 de Agosto e Lei das uniões de facto nº 7/2001 de 11 de Maio; Diário da República, 2001, 2003).

³ Esta evolução tem o seu paralelo nos estudos consagrados à própria homossexualidade. Assim, de acordo com Morin (1977), entre 1967 e 1974, 80% das investigações avaliavam a homossexualidade dentro de um quadro diagnóstico, tendo em vista o estudo das suas causas ou tratamento; entre 1979 e 1983, os estudos não eram apenas médico-biológicos ou psicanalíticos, abordando também o contexto psicossocial da vida das minorias ou as relações interpessoais dos homossexuais (20 a 56% dos temas).

⁴ Apenas 4% dos estudos recenseados por Vecho & Schneider (2005), sobre o desenvolvimento de crianças educadas num contexto homoparental, diziam respeito às atitudes de pessoas exteriores às famílias.

⁵ Foi escolhida uma situação de adopção para uniformizar a situação de parentalidade. A situação é fictícia na medida em que não tem em conta os limites estabelecidos pela Lei Portuguesa, nomeadamente no que se refere à impossibilidade de casais homossexuais se apresentarem como candidatos à adopção.

⁶ A variável *preferência heterossexual* foi calculada subtraindo à percepção que os sujeitos tinham de a criança vir a manifestar uma preferência por pessoas de sexo diferente, a percepção que tinham da mesma vir a manifestar uma preferência por pessoas do mesmo sexo. A variável *discriminação pelos pares* foi medida numa escala de Likert de 1 a 6.

CONTACTO

Jorge Carvalho Gato
 Centro de Psicologia Diferencial
 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
 Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392, Porto
 Tel. 226 079 700, ext. 380
 jorgegato@fpce.up.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2000). *Desequilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Anderssen, N., Amlie, C., & Ytteroy, E. (2002). Outcomes for children with lesbian or gay parents; a review of studies from 1978 to 2000. *Scandinavian Journal of Psychology*, 43, 3, 335-351.
- Bailey, J.M., Bobrow, D., Wolfe, M., & Mikach, S. (1995). Sexual orientation of adult sons of gay fathers. *Developmental Psychology*, 31, 1, 124-129.
- Bos, H.M.W., van Balen, F., van den Boom, D., & Sandfort, T.G.M. (2004). Minority stress, experience of parenthood and child adjustment in lesbian families. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 22, 4, 291-304.

- Bozett, F. (1988). Social control of identity by children of gay fathers. *Western Journal of Nursing Research*, 10, 5, 550-565.
- Brewaeys, A., Golombok, S., Ponjaert, I., & Van Hall, E.V. (1997). Donor insemination: Child development and family functioning in lesbian mother families, *Human Reproduction*, 12, 6, 1349-1359.
- Camilleri, P. & Ryan, M. (2006). Social Work Students' Attitudes toward Homosexuality and Their Knowledge and Attitudes toward Homosexual Parenting as an Alternative Family Unit: An Australian Study- Social Work Education. *Social Work Education*, 2, 3, 288-304.
- Chan, R.W., Raboy, B., & Patterson, C.J. (1998). Psychosocial adjustment among children conceived by lesbian and heterosexual mothers, *Child Development*, 69, 2, 443-457.
- Crawford, I. & Solliday, E. (1996). The attitudes of undergraduate college students toward gay parenting. *Journal of Homosexuality*, 30, 4, 63-77.
- Crawford, I., McLeod, A., Zamboni, B., & Jordan, M. (1999). Psychologists' attitudes toward gay and lesbian parenting. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30, 4, 394-401.
- Diário da República (2001). I Série-A. N.º 109 , 11 de Maio, 2797-2798.
- Diário da República (2003). I Série-A. N.º 193, 22 de Agosto.
- Eurobarómetro (2007). Special Eurobarometer 263 “Discrimination in the European Union” EU25, retirado em 17 de Julho de 2009 de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_263_su_en.pdf
- Eurobarómetro (2008). Discrimination in the European Union 2008, Results for Portugal, retirado em 29 de Junho de 2009 de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_296_sheet_pt.pdf
- Ferreira, E. (Org.) (2004). *Actas do Encontro sobre Homoparentalidade*. Lisboa: ISPA Edições.
- Ferreira, P. M. (2003). Valores morais: as noções de “certo” e de “errado” na transição pós-moderna. In J. Vala, M. V. Cabral, & A. Ramos (Eds.), *Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 95-122). Lisboa: ICS.
- Fitzgerald, B. (1999). Children of lesbian and gay parents: a review of literature. *Marriage & Family Review*, 29, 1, 57-75

- Flaks, D.K., Ficher, I., Masterpasqua, F., & Joseph, G. (1995). Lesbians choosing motherhood: A comparative study of lesbian and heterosexual parents and their children. *Developmental Psychology*, 31, 1, 105-114.
- Fraser, I., Fish, T., & Mackenzie, T. (1995). Reactions to child custody decisions involving homosexual and heterosexual parents. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 27, 1, 52-63.
- Freitas, D. (2008). *Atitudes face à adopção por casais de gays e lésbicas*. Dissertação de Mestrado Integrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Manuscrito não publicado.
- Gato, J., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. (Submetido). *Construção e validação da Escala de Atitudes perante a Homossexualidade (EAH)*.
- Golombok, S. (2000) *Parenting: What really counts?* London: Routledge.
- Golombok, S., Perry, B., Burston, A., Murray, C., Mooney-Somers, J., Stevens, M., & Golding, J. (2003). Children with lesbian parents: A community study. *Developmental Psychology*, 39, 1, 20-33.
- Leal, I. (2004). Parentalidades. Questões de género e orientação sexual. In A.F. Cascais (Org.). *Indisciplinar a teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer* (pp. 215-243). Lisboa: Fenda
- McLeold, A. & Crawford, I. (1998). The postmodern family: An examination of the psychosocial and legal perspectives of gay and lesbian parenting. In G. M. Herek (Ed.), *Stigma and sexual orientation: Understanding prejudice against lesbians gay men and bisexuals* (pp. 211-222). London: Sage Publications.
- Moita, G. (2006). A patologia da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 76, 53-72.
- Morin, S. F. (1977). Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. *American Psychologist*, 32, 117-128.
- Nestor, B. (1979). Attitudes of child psychiatrists toward homosexual parenting and child custody. *Conciliation Courts Review*, 17, 2, 21-23
- Patterson, C.J. (1995). Families of the lesbian baby-boom: Parent's division of labor and children's adjustment. *Developmental Psychology*, 31, 115-123.
- Patterson, C.J. (2002). Lesbian and Gay Parenthood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting, Vol 3: Being and Becoming a Parent* (pp. 317-338). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Tajfel, H. & Turner, J.C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In S. Worchel & W.G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (2^a ed., pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Vanfraussen, K., Ponjaert-Kristoffersen, I., & Brewaeys, A. (2002). What does it mean for youngsters to grow up in a lesbian family created by means of donor insemination. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 20, 237-254.
- Vecho, O. & Schneider, B. (2005). Homoparentalidade et développement de l'enfant: bilan de trente ans de publications. *La Psychiatrie de l'Enfant*, 481, 271-328.
- Waller, M.A. (2001). Resilience in ecosystemic context: Evolution of concept. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71, 3, 1-8.